

SUPLENTE

Ana Isabel Gomes Moreira
 Ana Paula do Vale Fonseca Couto
 António Joaquim da Silva Pinheiro
 Clara Maria Lago Costa
 Idalina Paço Pinho Conde Rodrigues
 Maria José Cunha Silva Dias Pinho
 Paula Luísa Sousa Pinto
 Pedro da Silva Tavares
 Tiago Pereira Martinho

208560212

Despacho n.º 4126/2015

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para a Comarca de Santarém, aprovada em reunião da Câmara Municipal de Tomar, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido Decreto-Lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

8 de abril de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca, previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Comarca de Santarém — Tomar

EFETIVOS

Ana Luísa Soeiro Acto Canha
 André Atalaia Samouco
 António Manuel Freitas Alexandre
 António Manuel Lourenço dos Santos
 Brigida Alexandra Brás Lopes
 Carolina da Silva Feliz
 Francisco José Salgueiro
 Hélder Duarte Henriques
 Jaime das Neves Antunes
 Jorge Manuel da Silva Duarte Gonçalves
 Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça
 Maria Fernanda do Pranto Correia
 Pedro Miguel da Costa Oliveira
 Rita Maria Veiga de Oliveira
 Sandra Isabel Morais Parente Vieira

SUPLENTE

Alicia de Salomé Diogo Peres
 António Carlos Martins Godinho
 Artur Matos
 Aurélia da Conceição Madeira
 Clarisse Augusto Ribeiro Pereira Barrisio
 Conceição Maria de Jesus Atalaia
 Fernando Manuel da Piedade Nunes
 Joana Rita Graça Godinho
 José Carlos Melo Marôco
 Manuel Ferreira Antunes
 Maria de Fátima Coelho Moura
 Nuno Manuel Antunes Fonseca
 Paulo Jorge Sousa Ferreira
 Sandra Margarida da Silva Reis
 Teresa de Jesus Inácio Patrício

208560156

Centro de Estudos Judiciários**Aviso (extrato) n.º 4424/2015**

Por despacho, de 6 de abril de 2015, do Diretor do Centro de Estudos Judiciários, proferido no uso de competência delegada por S. Ex.ª a

Ministra da Justiça, conforme Despacho n.º 206/2013, de 14 de dezembro de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2013, precedido de autorização do Conselho Superior do Ministério Público, em deliberação de 24 de março de 2015, e de pronúncia favorável do Conselho Pedagógico, conforme deliberação de 23 de fevereiro de 2015:

Licenciado Vítor Manuel Duarte Pereira Pinto, procurador da República — Designado, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 80.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, com última alteração pela Lei n.º 45/2013, de 3 de julho, e nos artigos 27.º e 81.º do Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, com última alteração pela Lei n.º 9/2011, de 12 de abril, com efeitos a partir de 16 de março de 2015, pelo período de um ano e em regime de acumulação, docente a tempo parcial do Centro de Estudos Judiciários.

7 de abril de 2015. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral (em substituição), *Luís Gonçalves*.

208559217

Direção-Geral da Administração da Justiça**Aviso n.º 4425/2015**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *b*) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, autorizei a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de posto de trabalho da carreira de assistente técnico do mapa de pessoal do núcleo do Porto da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, com Paulo Alexandre Santos Azevedo, auferindo a remuneração base entre as 3.ª e 4.ª posições remuneratórias da carreira de assistente técnico e o nível remuneratório entre 8 e 9 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 01 de abril de 2015.

Com a celebração do contrato inicia-se o período experimental com a duração de 6 meses, nos termos previstos no artigo 25.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro.

2 de abril de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
208552989

Aviso n.º 4426/2015

Para os efeitos do disposto na alínea *b*) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 45.º e 46.º da LTFP, torna-se público que foi homologada a ata de avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental, com Ricardo Augusto Pereira Marques da Silva, na sequência do procedimento concursal comum de recrutamento na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional no mapa de pessoal da secretaria do Ministério Público dos Juízos Criminais, Tribunal de Instrução Criminal e Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto (atual núcleo do Porto da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto), aberto por Aviso n.º 15264/2013, de 17 de dezembro.

08 de abril de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
208560415

Despacho (extrato) n.º 4127/2015

Por meu despacho de 06.02.2015:

Cristina Maria Chamusca Garrudo Santos Camposana, assistente operacional do Núcleo de Oeiras da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste — exonerada, a seu pedido, com efeitos a 26.02.2015.

7 de abril de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
208555661

Louvor n.º 158/2015

No momento em que cessa a sua comissão de serviço como Subdiretora-Geral da Administração da Justiça não posso deixar de louvar publicamente a Dr.ª Cristina Lopes da Silva, pela sua competência e profissionalismo, evidenciados na forma como desempenhou as funções inerentes ao cargo que ocupou.

A par do seu rigor técnico, a longa experiência detida no setor privado são determinantes na dinâmica que imprimiu ao trabalho desenvolvido